



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Campus Professor João David Ferreira Lima - Trindade
CEP 88040-900 - Florianópolis – Santa Catarina
Tel. - (0xx48) 3721.4075 - E-mail: cin@contato.ufsc.br

Programa de Ensino

1 IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: CIN8013 – Dados, Inovação e Ordenamento Jurídico Nacional

Carga Horária: 72 h/a – 4 créditos teóricos

Oferta: Obrigatória para a 5ª. Fase do Curso Superior de Tecnologia em Ciência de Dados

Pré-requisitos: não há

EMENTA: Aborda a relação entre o ordenamento jurídico, tratamento de dados, o processo de inovação em quatro dimensões normativas específicas. A Primeira dimensão normativa são os marcos legais do Sistema Nacional de Inovação, destacando-se a Emenda Constitucional nº 85/2015, a Lei 13.243/16 (Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação) e o Decreto 9.283/18. A Segunda dimensão normativa refere-se ao Instituto da Propriedade Intelectual, mais especificamente o instituto jurídico da Propriedade Industrial (Patentes e Registro) e os Direitos Intelectuais *sui generis* (Software, topografia dos circuitos integrados e cultivares). A terceira dimensão refere-se ao Novo Marco Legal das *Startups* (Lei Complementar nº. 182/2021) e sua relação com o empreendedorismo inovador. Por fim, a quarta dimensão traz o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados e sua interface com a inovação.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender a forma como se desenvolvem as interfaces entre o direito, o processo de inovação e a informação na sociedade contemporânea

2.2 Objetivos Específicos

- 2.2.1 Apresentar os conceitos básicos de ordenamento jurídico e de órgãos jurisdicionais
- 2.2.2 Conhecer a normatização constitucional da inovação e da informação.
- 2.2.3 Reconhecer os conceitos básicos do Marco Civil da Internet.
- 2.2.4 Conhecer o novo Marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- 2.2.5 Identificar principais institutos da Propriedade Industrial, dos direitos intelectuais *sui generis* (*propriedade intelectual de programa de computador*) e o Contrato de Transferência de Tecnologia.

2.2.6 Conhecer o novo Marco Legal das Startups (Lei Complementar n°. 182/2021)

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 Ordenamento Jurídico e Órgãos Jurisdicionais

3.1.1 Constituição, Tratados Internacionais, Lei Complementar e Lei Ordinária

3.1.2 Órgão de Cúpula (STF), órgãos colegiados e juízes

3.2 O Regime Jurídico da Ciência, Tecnologia e Inovação

3.2.1 Matriz Constitucional (Emenda Constitucional n° 85/2015)

3.2.2 Lei 13,243/2016 – Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação

3.2.3 Propriedade Industrial e Direitos Intelectuais *sui generis*

3.2.4 O Estado Empreendedor e o sistema de Hélice Tríplice no Brasil

3.3 Marco Legal das Startups

3.3.1 Instrumentos de Fomento à Inovação

3.3.2 Instrumentos de Investimentos em Inovação

3.3.2 Contratação de Soluções Inovadoras pelo Estado

3.4 Marco Civil da Internet

3.4.1 Noções Gerais

3.4.2 O Marco Civil da Internet e LGPD: princípios vinculados ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação

3.4.3 O Marco Civil da Internet, LGPD e a Inovação

4 BIBLIOGRAFIA

4.1 Bibliografia Básica

MATIAS, Eduardo Felipe P. (coord.) **Marco Legal das Startups**: Lei complementar 182/2021 e o fomento ao empreendedorismo inovador. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado; tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014.

MINGHELLI, Marcelo; ROSA, Belisa Bettega da; RIGHETTO, Guilherme Goulart; TRAMONTIM, Íris; ALMEIDA, Jairo Alves de; ASSUMPÇÃO, Luciano Castilho; FIGUEIRAS JÚNIOR, Sila Louzada. **Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A aliança estratégica no marco legal de ciência, tecnologia e inovação: novos arranjos institucionais para uma ICT pública**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6375/1/Caderno_74_Sistema_nacional_final.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

4.2 Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice:** universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coordenadores). **Marco Civil da Internet.** São Paulo: Atlas, 2014.

DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia.** Belo Horizonte: Fórum, 2011.

VIVIANE, Nóbrega; BLUM, Renato Opice (Coordenadores). **LGDP:** Lei Geral de Proteção de dados Comentada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.